CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo nº 1347/77-CEE - apenso 1215/77-DRE SJRP.

INTERESSADO: ADHEMAR FERREIRA.

ASSUNTO: Solicita convalidação de atos escolares

RELATORA: CONSELHEIRA MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA

PARECER CEE Nº 784 /79, CESG, Aprovado em 3 / 7 /79

HISTÓRICO:- Adhemar Ferreira, R.G: 5 484 499 , brasileiro, casado, residente em Monte Aprazível, São Paulo, requer a este Conselho "seja revalidado o 4º ano do Curso de Formação de Professores Primários, cursado no Colégio "Dom Bosco" de Monte Aprazível".

É o seguinte o histórico escolar do interessado:

- 1.- Em 1970, recebeu do Colégio Estadual "Barnabé de Mesquita" de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, o certificado de conclusão do curso científico, nos termos do artigo 99, parágrafo único, da Lei 4024/61 (fls. 5).
- 2.- Com tal documento, o peticionário, após submeter-se a exames de adaptação (fls. 6), matriculou-se, em 1972, no 4º ano do Curso de Formação de Professores Primários do Colégio "Dom Bosco", concluindo o Curso no final do ano letivo, conforme documentos de fls. 07 a 10.
- 3.- Ainda, fazendo uso do mesmo certificado, o peticionário matriculou-se, após exame vestibular, na Faculdade de Educação de Monte Aprazível, no Curso de Estudos Sociais com Habilitação em Educação Moral e Cívica, curso concluído em 1974, conforme documentos de fls. 12 a 14.
- 4.- "A 04 de setembro de 1974, a 2ª Delegacia de Ensino Secundário e Normal, mediante Ofício nº 66/74, comunicou ao Diretor do Colégio "Dom Bosco" que a matrícula do peticionário fora instruída com documentação falsa, uma vez que o certificado de conclusão do curso colegial já referido no item 1º (da petição) não era autêntico. A irregularidade foi confirmada pela Informação nº 88/74", da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso - fia. 15 e 16. (grifos nossos)
- 5.- "Em face de tal ofício, prossegue o interessado, tornaram-se nulos todos os atos escolares relativos ao 4º ano do Curso de Formação de Professores Primários, bem como o Curso de Estudos Sociais

(Licenciatura Breve), já concluídos pelo peticionário, lavrando o Sr. Inspetor Federal, Dr. Camilo Fernandes Costa, o termo nº 25, de 06 de setembro de 1974, pelo qual se formalizaram as cancelações determinadas pelo referido Ofício (fls. 15, 17, 18, 19 e 20). (grifos nossos).

- 6.-O interessado, então, prestou novos exames supletivos em Três Lagoas, Mato Grosso, obtendo seu certificado de conclusão de 2º grau, em 1976, através da Divisão de Exames Supletivos da Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso (fls. 21 e 22).
- 7.- Com seu novo certificado o interessado inscreveu-se a novos exames vestibulares na Faculdade de Educação de Monte Aprazível, conseguindo ser aprovado (fls. 23).
- 3.- O processo tramitou pela Delegacia de Ensino de Monte Aprazível e DRE de São José do Rio Preto, onde foi providenciada a verificação de autenticidade do certificado de conclusão do 2º grau, expedido pela Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso.
- 4.- Vindo o processo à Coordenadoria de Ensino do Interior, esta providenciou audiência do Grupo de Controle de Atividades Administrativas e Pedagógicas, solicitando cópia da informação relativa a processo que tramitou pela extinta Comissão de Verificação de Vida Escolar, em nome de Adhemar Ferreira. Desse documento (fls. 31) consta depoimento prestado pelo interessado perante aquela Comissão, do qual ~~extraio~~ ^{extraio} o seguinte:
 - b) fez exames de madureza colegial em Cuiabá - Mato Grosso, em prédio que tinha toda aparência de ser um Colégio;
 - c) fez pessoalmente sua inscrição aos exames de Madureza Colegial, sendo que mandou buscar, por um amigo, cujo nome não lembra, proprietário de uma emissora-rádio em Paranaíba - Minas Gerais, residente em Jales, seu certificado de conclusão no C.E. "Barnabé Mesquita", em Cuiabá - Mato Grosso".Ainda do mesmo documento consta que o processo foi encaminhado à Secretaria de Segurança Pública, para apuração dos fatos e responsabilidades.

APRECIÇÃO: O Histórico é igual, episódio a episódio, ao relatado no Proc. 1348/77: escolas, datas, documentos e cursos. A apreciação já foi suficientemente detalhada no parecer referente àquele protocolado e a conclusão só poderia ser a mesma.

CONCLUSÃO:- Face a identidade de circunstâncias, fatos e documentos, nossa conclusão é a mesma do Parecer nº 785/79 exarado no Processo 1348/77:- Contrária à "revalidação" de estudos realizados em 1.972 por Adhemar Ferreira na 4º série do antigo Curso de Formação de Professores Primários, no Colégio "Dom Bosco", de Monte Aprazível.

São Paulo, 16 de maio de 1979

MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA
Conselheira - Relatora

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Segundo Grau adota como seu Parecer o Voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Eulálio Gruppi, Hilário Torloni, Jair de Moraes Neves, José Augusto Dias, Lionel Corbei Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Moreira.

Sala da CESG, em 30 de maio de 1979.

a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES

Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Foram votos vencidos os Conselheiros João Baptista - Salles da Silva, Nicolas Boer e Renato Alberto Teodoro Di Dio, que apresentou Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 3 de julho de 1979.

- a) Cons. RENATO ALBERTO TEODORO DI DIO
Vice-Presidente em exercício

DECLARAÇÃO DE VOTO

Não podemos, data venia, subscrever o respeitável parecer, que se nos afigura inspirado em exagerado formalismo. É paradoxal que, enquanto criminalistas procuram transformar as prisões em escolas de readaptação, educadores queiram aplicar nas escolas procedimentos antiquados, próprios de estabelecimentos penais.

Temem os defensores de uma posição soi disant moralizante que a falta de punição a transgressores - ainda que readaptados e sem periculosidade - possa constituir-se em incentivo à reincidência e em estímulo à prática do mesmo ato por terceiros.

Não é isso que decorre da observação dos fatos. Verificou-se, mais de uma vez, que o agravamento da pena não se constituiu em fator determinante do decréscimo do número de infrações. O comportamento antissocial - tal é a expressão que hoje se usa para a violação penal - raramente é fruto de um raciocínio frio e objetivo que sopesa riscos e vantagens. Há muito mais de emocional do que de intelectual na transgressão.

Ademais, a Psicologia tem reforçado, empiricamente, a crença de que é mais fácil conseguir o comportamento desejável pelo reforço ou pelo prêmio do que evitar a conduta indesejável pelo castigo.

A punição não deve ser entendida como um valor em si mesmo. Já a partir do Novo Testamento a retaliação e a vindicta cederam lugar ao perdão e à recuperação por meios suasórios. E mais: quem se regenera, independentemente de castigo, não deve ser punido.

No caso de que se trata, o interessado repetiu, validamente, os exames supletivos em nível de conclusão de 2º grau. Não vemos como se possa exigir que refaça os estudos subsequentes que concluiu com obediência às formalidades legais.

Como já observamos alhures, "a anulação não aproveita a ninguém: nem ao aluno nem à sociedade. Impor a repetição do curso como castigo é desvirtuar o sentido da educação, que deve ser encarada como aperfeiçoamento e elevação moral. De qualquer forma, é absurdo obrigar-se alguém a estudar o que já sabe".

A educação é processo irreversível que não se anula por decreto ou por parecer. Ao Conselho cabe o exame do problema sob o ponto de vista pedagógico. Não pode e não deve este Egrégio Órgão, cujas funções são predominantemente consultiva e normativas, arvorar-se em tribunal punitivo, mesmo porque seus membros, apesar de educadores de notório saber e de reconhecida competência, não são juizes togados.

Por todos esses motivos, somos pela convalidação dos atos escolares praticados por Adhemar Ferreira no Instituto Dom Bosco de Monte Aprazível

Renato Alberto T. Di Dio